



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO																																																																																																									
Prezados Acionistas, A Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“STE” ou “Companhia”) apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício de 2025. 1) A COMPANHIA A Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “STE”), é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 24 de março de 2021 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1101, Centro, Rio de Janeiro. A Companhia foi constituída com o propósito de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia entrou em operação em dezembro de 2023 obtendo os termos de liberação provisórios referente às seguintes instalações: (i) em 17 de dezembro de 2023: SE SLVÂNIA 500 kV; Seccionamento da LT 500 kV SAMAMBAIA - ITUMBIARA dando origem a duas novas Linhas de Transmissão LT 500 kV SAMAMBAIA - SILVÂNIA C1 e LT SILVÂNIA - ITUMBIARA C2; Banco de Reatores de Barra 500 kV 3 x 50 MVar. (ii) ainda em 17 de dezembro de 2023 referente ao reforço (REA 10989/21); segundo Banco de Reatores de Barra 3 x 50 MVar. (iii) em 22 de dezembro de 2023: Nova linha de transmissão LT 500 kV SILVÂNIA - TRINDADE. Em junho de 2024 a Companhia obteve a liberação final para entrada de operação. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas empresas. 2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO A outorga de concessão do segmento de transmissão no Brasil é originada por meio de leilões públicos promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME), com regulação e fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Como resultado deste leilão a concessionária terá direito ao recebimento de uma Receita Anual Permissão (RAP) que tem início após o término da construção e perdura até o final do período de concessão (30 anos). O setor está inserido em um marco regulatório estruturado e consolidado, que assegura às concessionárias mecanismos de reajustes e revisões periódicas da RAP, conduzidos pela própria ANEEL, garantindo previsibilidade e estabilidade de receitas. O segmento de transmissão apresenta baixo risco e eventuais incertezas no setor elétrico brasileiro, como condições macroeconômicas ou ajustes regulatórios, não afetam de forma relevante a previsibilidade da geração de caixa do segmento de transmissão, considerando suas características contratuais e regulatórias. Dados técnicos da concessão: <table><tr><td>Extensão de linhas em construção em km:</td><td>156</td></tr><tr><td>Tensão em kV:</td><td>500</td></tr><tr><td>Subestações próprias:</td><td>1</td></tr></table> 3) DESEMPENHO FINANCEIRO 3.1) Receita: A Resolução Homologatória nº 3.481 publicada em 15 de julho de 2025 estabeleceu novos valores referentes às receitas anuais permitidas da Companhia, para o ciclo de 2025/2026, com acréscimo na RAP de R\$ 6.385.323, vide nota explicativa 1.2. 3.2) Desempenho econômico-financeiro <table><tr><th></th><th>2025</th><th>2024</th></tr><tr><td>• Liquidez geral</td><td>1,19</td><td>1,03</td></tr><tr><td>• Liquidez corrente</td><td>0,29</td><td>0,23</td></tr><tr><td>• Relação patrimônio líquido/ativo</td><td>16,31%</td><td>3,04%</td></tr><tr><td>• Relação passivo não circulante/ativo</td><td>8,83%</td><td>5,80%</td></tr><tr><td>• Rentabilidade do patrimônio líquido</td><td>(47,20%)</td><td>(158,91%)</td></tr><tr><td>• Relação lucro operacional/Patr. líquido</td><td>(0,25%)</td><td>128,28%</td></tr><tr><td>Ativos Totais - R\$</td><td>754.338.248</td><td>735.875.149</td></tr><tr><td>Lucro/(prejuízo) líquido do exercício</td><td>(58.074.890)</td><td>(35.606.100)</td></tr></table>										Extensão de linhas em construção em km:	156	Tensão em kV:	500	Subestações próprias:	1		2025	2024	• Liquidez geral	1,19	1,03	• Liquidez corrente	0,29	0,23	• Relação patrimônio líquido/ativo	16,31%	3,04%	• Relação passivo não circulante/ativo	8,83%	5,80%	• Rentabilidade do patrimônio líquido	(47,20%)	(158,91%)	• Relação lucro operacional/Patr. líquido	(0,25%)	128,28%	Ativos Totais - R\$	754.338.248	735.875.149	Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(58.074.890)	(35.606.100)	4) GOVERNANÇA CORPORATIVA Nos últimos anos, a Companhia vem implementando melhorias contínuas e segue evoluindo, adotando as melhores práticas de governança aprovadas e publicadas por instituições representativas, como o IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Estão sendo integrados, gradualmente, a nova estrutura aos processos da Companhia, visando avanços futuros ainda mais significativos. Em abril de 2024, foram criados o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, alterando a estrutura de governança, que passou a ser composta por: Conselho de Administração (CA) ou Board of Directors (BoD), Diretoria Executiva ou Board of Executive Officers (BoE) e Conselho Fiscal (CF). 4.1 Conselho de Administração: O Conselho de Administração, também chamado de Board of Directors (BoD), tem a missão de preservar o valor da Companhia, otimizar o retorno sobre o investimento de seus acionistas e criar valor a longo prazo, visando à perpetuidade dos negócios da Companhia. Para isso, o BoD é responsável por tomar decisões estratégicas, definir diretrizes gerais e estabelecer as políticas de negócios da Companhia. Atualmente é composto por quatro (4) membros, nomeados pelos acionistas para mandatos de dois (2) anos, sendo permitida a reeleição. O BoD orienta os negócios em conformidade com os princípios de responsabilidade corporativa e ética previstos no Código de Ética e Conduta Empresarial do Grupo SGBH e também se dedica à proteção do objeto social e do sistema de governança, garantindo a observância das políticas corporativas estabelecidas. Suas atribuições incluem a elaboração de um método de monitoramento e avaliação da Companhia e seus Órgãos de Administração, o qual se desdobra nos planos estratégicos e mapas de riscos de implementação pela Diretoria Executiva. Em sua rotina, monitora os riscos corporativos, acompanha os compromissos institucionais e supervisiona os contratos de concessão. 4.2 Diretoria Executiva: A Diretoria Executiva ou Board of Executive Officers (BoE) é o principal órgão de gestão executiva da Companhia. Atualmente é composto por três (3) membros, nomeados pelo BoD para mandatos de dois (2) anos, sendo permitida a reeleição. Sua missão é preservar e ampliar o valor da Companhia, assegurando a execução das estratégias definidas pelo BoD e a condução eficiente das operações diárias. O BoE também desempenha o papel de articulação com os demais agentes de governança, subsidiárias e empresas coligadas, fortalecendo a integração de toda a estrutura corporativa. Entre suas principais responsabilidades está a definição do planejamento estratégico da Companhia, subsidiado pela identificação de oportunidades de crescimento orgânico, inovação em novos negócios e aprofundamento de práticas ESG, com foco no desenvolvimento sustentável. 4.3 Conselho Fiscal (CF): Na Companhia, o Conselho Fiscal (CF) é de funcionamento não permanente, podendo ser instalado mediante solicitação da acionista, na forma prevista na legislação aplicável. 5) GESTÃO DE RISCOS Agimos de forma integrada para alcançar resultados eficientes e eficazes ao mesmo tempo que se preserva e promove a geração de valor. Nesse sentido, a gestão de riscos constitui um dos assuntos mais relevantes em nossa governança corporativa e permeia desde a avaliação de projetos até a operação e a manutenção de equipamentos, instalações e processos de trabalho. Disposmos de uma área dedicada, com a premissa de promover o gerenciamento de riscos em toda organização conforme exigentes padrões de qualidade e alinhado com as melhores práticas e frameworks globais, visando à sustentabilidade corporativa, segurança de colaboradores e a conservação do meio ambiente. Para isso, identificamos, avaliamos, tratamos e monitoramos os riscos relacionados à nossa estratégia corporativa bem como os fatores de riscos que permeiam nossas atividades e processos. A Matriz de Risco é constantemente atualizada e o Grupo SGBH monitora continuamente aqueles considerados mais impactantes no negócio da empresa (“Top Risks”) e seus respectivos projetos, além de desenvolver o ambiente de controles internos dos riscos mapeados bem como a condução de trabalhos de auditoria interna que auxiliam na avaliação da efetividade destes controles e identificação de oportunidades de melhoria. 6) ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E COMPLIANCE Ética, transparência e compliance estão no centro das práticas de governança da Companhia e orientam suas decisões e o relacionamento com stakeholders. O Grupo SGBH atua de forma a assegurar que os princípios de integridade estejam incorporados de forma consistente nas práticas e rotinas da empresa. Nosso Código de Ética e Conduta Empresarial traz diretrizes																																																														
Extensão de linhas em construção em km:	156																																																																																																								
Tensão em kV:	500																																																																																																								
Subestações próprias:	1																																																																																																								
	2025	2024																																																																																																							
• Liquidez geral	1,19	1,03																																																																																																							
• Liquidez corrente	0,29	0,23																																																																																																							
• Relação patrimônio líquido/ativo	16,31%	3,04%																																																																																																							
• Relação passivo não circulante/ativo	8,83%	5,80%																																																																																																							
• Rentabilidade do patrimônio líquido	(47,20%)	(158,91%)																																																																																																							
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	(0,25%)	128,28%																																																																																																							
Ativos Totais - R\$	754.338.248	735.875.149																																																																																																							
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(58.074.890)	(35.606.100)																																																																																																							
<table><tr><th colspan="4">BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)</th></tr><tr><th></th><th>Nota</th><th>31/12/2025</th><th>31/12/2024</th></tr><tr><td colspan="4">Ativo</td></tr><tr><td colspan="4">Ativo circulante</td></tr><tr><td>Caixa e equivalentes de caixa</td><td>6</td><td>103.833.645</td><td>69.723.347</td></tr><tr><td>Contas a receber - concessionárias e permissionárias</td><td>7</td><td>3.017.849</td><td>838.003</td></tr><tr><td>Contas a receber - partes relacionadas</td><td>23.1</td><td>3.258.839</td><td>87.322</td></tr><tr><td>Derivativos</td><td>8</td><td>–</td><td>45.375.829</td></tr><tr><td>Imposto de renda e contribuição social a recuperar</td><td>9</td><td>7.406.604</td><td>–</td></tr><tr><td>Outros impostos a recuperar</td><td>9</td><td>464.817</td><td>92.744</td></tr><tr><td>Ativos de contrato</td><td>10</td><td>43.382.100</td><td>34.143.400</td></tr><tr><td>Outros ativos circulantes</td><td></td><td>1.995.698</td><td>832.737</td></tr><tr><td>Total do ativo circulante</td><td></td><td>163.359.552</td><td>151.093.382</td></tr><tr><td colspan="4">Ativo não circulante</td></tr><tr><td>Realizável a longo prazo</td><td></td><td></td><td></td></tr><tr><td>Ativos de contrato</td><td>10</td><td>590.620.806</td><td>584.443.407</td></tr><tr><td>Adiantamentos a fornecedores</td><td></td><td>332.619</td><td>338.360</td></tr><tr><td>Total realizável a longo prazo</td><td></td><td>590.953.425</td><td>584.781.767</td></tr><tr><td>Imobilizado</td><td></td><td>–</td><td>–</td></tr><tr><td>Total</td><td></td><td>25.271</td><td>–</td></tr><tr><td>Total do ativo não circulante</td><td></td><td>590.978.696</td><td>584.781.767</td></tr><tr><td>Total do ativo</td><td></td><td>754.338.248</td><td>735.875.149</td></tr></table> As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras										BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)					Nota	31/12/2025	31/12/2024	Ativo				Ativo circulante				Caixa e equivalentes de caixa	6	103.833.645	69.723.347	Contas a receber - concessionárias e permissionárias	7	3.017.849	838.003	Contas a receber - partes relacionadas	23.1	3.258.839	87.322	Derivativos	8	–	45.375.829	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	7.406.604	–	Outros impostos a recuperar	9	464.817	92.744	Ativos de contrato	10	43.382.100	34.143.400	Outros ativos circulantes		1.995.698	832.737	Total do ativo circulante		163.359.552	151.093.382	Ativo não circulante				Realizável a longo prazo				Ativos de contrato	10	590.620.806	584.443.407	Adiantamentos a fornecedores		332.619	338.360	Total realizável a longo prazo		590.953.425	584.781.767	Imobilizado		–	–	Total		25.271	–	Total do ativo não circulante		590.978.696	584.781.767	Total do ativo		754.338.248	735.875.149								
BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)																																																																																																									
	Nota	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																						
Ativo																																																																																																									
Ativo circulante																																																																																																									
Caixa e equivalentes de caixa	6	103.833.645	69.723.347																																																																																																						
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	7	3.017.849	838.003																																																																																																						
Contas a receber - partes relacionadas	23.1	3.258.839	87.322																																																																																																						
Derivativos	8	–	45.375.829																																																																																																						
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	7.406.604	–																																																																																																						
Outros impostos a recuperar	9	464.817	92.744																																																																																																						
Ativos de contrato	10	43.382.100	34.143.400																																																																																																						
Outros ativos circulantes		1.995.698	832.737																																																																																																						
Total do ativo circulante		163.359.552	151.093.382																																																																																																						
Ativo não circulante																																																																																																									
Realizável a longo prazo																																																																																																									
Ativos de contrato	10	590.620.806	584.443.407																																																																																																						
Adiantamentos a fornecedores		332.619	338.360																																																																																																						
Total realizável a longo prazo		590.953.425	584.781.767																																																																																																						
Imobilizado		–	–																																																																																																						
Total		25.271	–																																																																																																						
Total do ativo não circulante		590.978.696	584.781.767																																																																																																						
Total do ativo		754.338.248	735.875.149																																																																																																						
<table><tr><th colspan="4">DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS</th></tr><tr><th colspan="4">Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)</th></tr><tr><th></th><th>Nota</th><th>31/12/2025</th><th>31/12/2024</th></tr><tr><td>Remuneração dos ativos de contrato</td><td></td><td>49.544.374</td><td>48.262.877</td></tr><tr><td>Receita de construção</td><td></td><td>–</td><td>27.412.455</td></tr><tr><td>Receita de operação e manutenção</td><td></td><td>890.143</td><td>861.937</td></tr><tr><td>Outras receitas</td><td></td><td>(194.557)</td><td>(10.545.087)</td></tr><tr><td>Dedução da receita</td><td></td><td>(39.918.313)</td><td>(2.918.788)</td></tr><tr><td>Receita operacional líquida</td><td>17</td><td>10.321.647</td><td>63.073.394</td></tr><tr><td>Custo de construção</td><td></td><td>–</td><td>(30.989.217)</td></tr><tr><td>Custo de operação e manutenção</td><td></td><td>(11.562.985)</td><td>(3.640.461)</td></tr><tr><td>Custo de construção e operação</td><td>18</td><td>(11.562.985)</td><td>(34.629.678)</td></tr><tr><td>Lucro bruto</td><td></td><td>(1.241.338)</td><td>28.443.716</td></tr><tr><td>Despesas gerais e administrativas</td><td>19</td><td>(6.148.069)</td><td>(5.023.246)</td></tr><tr><td>Provisão para perda de crédito esperada</td><td>8</td><td>(519.461)</td><td>(579.597)</td></tr><tr><td>Outras receitas (despesas) operacionais líquidas</td><td>20</td><td>7.607.237</td><td>5.902.503</td></tr><tr><td>Lucro antes do resultado financeiro</td><td></td><td>(301.631)</td><td>28.743.376</td></tr><tr><td>Resultado financeiro</td><td>21</td><td>(72.062.500)</td><td>(58.638.519)</td></tr><tr><td>Receita financeira</td><td></td><td>47.281.844</td><td>74.534.096</td></tr><tr><td>Despesa financeira</td><td></td><td>(119.344.344)</td><td>(133.172.615)</td></tr><tr><td>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</td><td></td><td>(72.364.131)</td><td>(29.895.143)</td></tr><tr><td>IRPJ e CSLL correntes</td><td>22</td><td>–</td><td>(4.908.169)</td></tr><tr><td>IRPJ e CSLL diferidos</td><td>22</td><td>14.289.241</td><td>(802.788)</td></tr><tr><td>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</td><td></td><td>(58.074.890)</td><td>(35.606.100)</td></tr></table> As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras										DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)					Nota	31/12/2025	31/12/2024	Remuneração dos ativos de contrato		49.544.374	48.262.877	Receita de construção		–	27.412.455	Receita de operação e manutenção		890.143	861.937	Outras receitas		(194.557)	(10.545.087)	Dedução da receita		(39.918.313)	(2.918.788)	Receita operacional líquida	17	10.321.647	63.073.394	Custo de construção		–	(30.989.217)	Custo de operação e manutenção		(11.562.985)	(3.640.461)	Custo de construção e operação	18	(11.562.985)	(34.629.678)	Lucro bruto		(1.241.338)	28.443.716	Despesas gerais e administrativas	19	(6.148.069)	(5.023.246)	Provisão para perda de crédito esperada	8	(519.461)	(579.597)	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	20	7.607.237	5.902.503	Lucro antes do resultado financeiro		(301.631)	28.743.376	Resultado financeiro	21	(72.062.500)	(58.638.519)	Receita financeira		47.281.844	74.534.096	Despesa financeira		(119.344.344)	(133.172.615)	Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(72.364.131)	(29.895.143)	IRPJ e CSLL correntes	22	–	(4.908.169)	IRPJ e CSLL diferidos	22	14.289.241	(802.788)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(58.074.890)	(35.606.100)
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS																																																																																																									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)																																																																																																									
	Nota	31/12/2025	31/12/2024																																																																																																						
Remuneração dos ativos de contrato		49.544.374	48.262.877																																																																																																						
Receita de construção		–	27.412.455																																																																																																						
Receita de operação e manutenção		890.143	861.937																																																																																																						
Outras receitas		(194.557)	(10.545.087)																																																																																																						
Dedução da receita		(39.918.313)	(2.918.788)																																																																																																						
Receita operacional líquida	17	10.321.647	63.073.394																																																																																																						
Custo de construção		–	(30.989.217)																																																																																																						
Custo de operação e manutenção		(11.562.985)	(3.640.461)																																																																																																						
Custo de construção e operação	18	(11.562.985)	(34.629.678)																																																																																																						
Lucro bruto		(1.241.338)	28.443.716																																																																																																						
Despesas gerais e administrativas	19	(6.148.069)	(5.023.246)																																																																																																						
Provisão para perda de crédito esperada	8	(519.461)	(579.597)																																																																																																						
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	20	7.607.237	5.902.503																																																																																																						
Lucro antes do resultado financeiro		(301.631)	28.743.376																																																																																																						
Resultado financeiro	21	(72.062.500)	(58.638.519)																																																																																																						
Receita financeira		47.281.844	74.534.096																																																																																																						
Despesa financeira		(119.344.344)	(133.172.615)																																																																																																						
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(72.364.131)	(29.895.143)																																																																																																						
IRPJ e CSLL correntes	22	–	(4.908.169)																																																																																																						
IRPJ e CSLL diferidos	22	14.289.241	(802.788)																																																																																																						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(58.074.890)	(35.606.100)																																																																																																						
<table><tr><th colspan="4">NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</th></tr><tr><th colspan="4">Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)</th></tr></table>										NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)																																																																																											
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS																																																																																																									
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)																																																																																																									
1. INFORMAÇÕES GERAIS A Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “STE”), é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 24 de março de 2021 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1101, Centro, Rio de Janeiro. A Companhia foi constituída com o propósito de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia entrou parcialmente em operação em dezembro de 2023 obtendo os termos de liberação provisórios referente às seguintes instalações: (i) em 17 de dezembro de 2023: SE SLVÂNIA 500 kV; Seccionamento da LT 500 kV SAMAMBAIA - ITUMBIARA dando origem a duas novas Linhas de Transmissão LT 500 kV SAMAMBAIA - SILVÂNIA C1 e LT SILVÂNIA - ITUMBIARA C2; Banco de Reatores de Barra 500 kV 3 x 50 MVar. (ii) ainda em 17 de dezembro de 2023 referente ao reforço (REA 10989/21); segundo Banco de Reatores de Barra 3 x 50 MVar. (iii) em 22 de dezembro de 2023: Nova linha de transmissão LT 500 kV SILVÂNIA - TRINDADE. Sua operação teve início efetivo em junho de 2024. A Companhia é controlada integralmente pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,01% de participação e da State Grid International Singapore Private Limited (SGISPL) com 99,99% de participação. A State Grid Corporation of China (SGCC), localizada em Pequim na República Popular da China, é a controladora final dessas																																																																																																									
empresas. Apesar do prejuízo registrado no exercício de 2025, decorrente principalmente da redução da receita operacional líquida, em função da finalização da obra em 2024 a Companhia mantém expectativas positivas quanto à sua continuidade operacional. O capital circulante líquido negativo (CCL) no período, efeito desse causado principalmente pelo mútuo captado com a SGBH, esta captação foi efetuada com o objetivo de liquidar a dívida com o China Development Bank e alterar o perfil da dívida, sendo este mútuo captado em condições compatíveis com as praticadas no mercado. É válido destacar que os acionistas efetuaram uma injeção de capital de R\$ 158.701.000 em janeiro de 2025 e se comprometeu um novo aumento de capital em 2026 no valor de R\$ 150.000.000. A Companhia possui indicativos de que os benefícios econômicos futuros serão suficientes para sua recuperação, através da RAP anual reforçando assim seu fluxo de caixa. A receita da operação possui baixo índice de inadimplência e tem os valores atualizados anualmente a cada ciclo. Importante destacar que a sua controladora, a SGBH, possui interesse quanto à continuidade operacional da Companhia e garantiu suportar financeiramente as operações da STE com o objetivo de manter os fluxos de caixa suficientes para que a Companhia mantenha suas operações. 1.1 Da concessão: Em 17 de dezembro de 2020 a SGBH venceu o Leilão ANEEL nº 001/2020 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$30.186.000 e deságio de 46,07% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 14 de maio de 2021, pelo prazo de 30 anos. O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás: (i) Implementação de trecho de linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, entre o ponto de seccionamento da LT 500 kV Samambaia - Emborcação C1 e a subestação Silvânia. As ENTRADAS DE LINHA correspondentes na subestação Silvânia																																																																																																									
continua																																																																																																									





SILVÂNIA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 41.554.993/0001-20

—★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em Reais)

e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações existentes. (ii) Implementação de trecho de linha de transmissão em 500 kV, circuito duplo, entre o ponto de seccionamento da LT 500 kV Samambaia - Itumbiara C1 e a subestação Silvânia e a aquisição de equipamentos necessários às linhas modificações, substituições e adequações nas ENTRADAS DE LINHA das subestações existentes. (iii) Dimensionar e implantar um cabo de para-raios OPGW na LT 500kV Samambaia - Itumbiara C1 em ambos os trechos de linha entre o ponto de seccionamento e as subestações terminais da LT existente, bom como dois cabos para-raios OPGW no trecho entre o ponto de seccionamento e SE Silvânia. (iv) Dimensionar e implantar um cabo de para-raios OPGW na LT 500kV Samambaia - Emborcação C1 em ambos os trechos de linha entre o ponto de seccionamento e as subestações terminais da LT existente, bem como dois cabos para-raios OPGW no trecho entre o ponto de seccionamento e SE Silvânia. **1.2 Receita anual permitida (RAP):** A RAP do contrato de concessão foi determinada em R\$ 30.186.000 (valor histórico). A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. Em 4 de julho de 2023, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.216/2023 estabeleceu a RAP em R\$ 37.734.722 para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024. Em 16 de julho de 2024, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.348/2024 estabeleceu a RAP em R\$ 41.914.872 para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. Em 15 de julho de 2025, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.481/2025 estabeleceu a RAP em R\$ 48.300.195, para o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.3 Reforço:** Em 14 de Dezembro de 2021, a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) autoriza a Silvânia Transmissora de Energia S.A., através da Resolução Autorizativa nº 10.989, a implantar reforços na SE Silvânia - instalação do 2º banco de reatores de barra 500kV, 3x50Mvar com RAP determinada em R\$ 5.505.366.: (i) Instalação de um banco de reatores de barra monofásicos RT3 500 kV - 3x50Mvar; (ii) Instalação de um módulo de conexão com disjuntor, em 500kV, para o reator de barra RT3 500kV - 3x50 Mvar; (iii) Instalação de uma interligação de barramentos IB4, em 500 kV, arranjo Disjuntor e Meio; (iv) Complementação ao módulo de infraestrutura geral com um módulo de infraestrutura de manobra na SE Marimbondo II para instalação do 2º reator de barra 3x45,3 MVar, 500kV, incluindo aquisição de terreno para a ampliação. O reforço foi concluído em fevereiro de 2024. **1.4 Indisponibilidade LT 500 kV Silvânia/Trindade C1:** No dia 11 de outubro de 2024 ocorreu a falha em uma fase do banco de reatores da LT 500 kV Silvânia/Trindade C1 no terminal da SE Silvânia, que resultou no desligamento da LT. A LT retornou no mesmo dia, porém foi desligada em emergência no dia 14 de outubro de 2024, permanecendo fora de operação até 26 de fevereiro de 2025. O valor total previsto, excluindo-se a suspensão do pagamento base, é de R\$5.293.472 (R\$ 1.938.571 para o evento do dia 11/10 + R\$ 3.354.901 para o evento do dia 14/10). O valor referente ao segundo desligamento, é o limite de cobrança estabelecido nas Regras de Transmissão da ANEEL em seu Módulo 4, item 4.5, especificamente no item que fala que a soma dos valores de PVI não deve ultrapassar "12,5%" (doze e meio por cento) do valor da RAP da concessão para o período contínuo de 12 (doze) meses, incluindo o mês anterior ao mês objeto da apuração, considerando-se o desconto referente aos valores das PVI (Parcela Variável por Indisponibilidade) e das PVRO (Parcela Variável por Restrição Operativa) de todas as Função de Transmissão dessa concessão". Os reatores foram religados em 16 de novembro de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de março de 2026. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.3 Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, as práticas contábeis são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

4. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS RELEVANTES

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impostos diferidos. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **4.1 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **4.2 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **4.3 Provisão para contingências:** Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. **4.4 Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de

construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de construir e operar a linha de transmissão. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos mais a margem. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão é registrada na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **4.5 Provisão para perda de crédito esperada (PCE):** Provisão para perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; e • Análise de devedores em falência que é feita através de um arquivo publicado no site da ONS com as informações dos clientes devedores de "Casos Especiais", entre eles os que estão em Recuperação Judicial e com essa justificativa incluímos em nossa base; e • Os parâmetros acima devem ser considerados para todos os clientes excluindo os títulos que estão em processo judicial. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias. **4.6 Análise de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos:** A recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos é avaliada com base em projeções de resultados tributáveis futuros, preparadas a partir do plano de negócios da Administração. A companhia realiza estudos de recuperabilidade e considera as melhores estimativas à data-base das demonstrações financeiras, contemplando dados históricos realizados, premissas macroeconômicas consistentes com fontes de mercado e parâmetros operacionais e financeiros definidos conforme o contrato de concessão firmado com a ANEEL. As principais premissas e julgamentos adotados incluem: (i) projeção de Receita Anual Permitida (RAP) e respectivos reajustes contratuais; (ii) estimativas de custos operacionais, despesas financeiras e investimentos necessários à manutenção da concessão; (iii) expectativa de geração de lucro tributável ao longo do prazo remanescente da concessão. A Administração revisa periodicamente tais premissas, podendo ajustá-las caso ocorram alterações relevantes no ambiente regulatório, macroeconômico ou operacional que impactem a expectativa de realização dos créditos tributários. Com base nas análises efetuadas, a Companhia entende que os ativos fiscais diferidos registrados são recuperáveis dentro do horizonte projetado.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO VIGENTES

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **a) CPC 51 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros". **b) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **c) Outras normas contábeis:** Não se espera que as seguintes normas novas ou alteradas, requeridas a partir de 2026, tenham

Movimentação dos derivativos					
	31/12/2024	Despesa	Marcação a mercado	Liquidação	Imposto de renda 31/12/2025
Swap de taxas de juros utilizados para hedge (STE)	45.375.829	(25.854.515)	6.605.757	(21.320.598)	(4.806.473)
Total	45.375.829	(25.854.515)	6.605.757	(21.320.598)	(4.806.473)
Movimentação dos derivativos					
	31/12/2023	Receita	Despesa	Marcação a mercado	Liquidação
Swap de taxas de juros utilizados para hedge (STE)	—	51.355.934	(6.575.398)	(6.605.757)	7.201.050
Total	—	51.355.934	(6.575.398)	(6.605.757)	7.201.050

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
IR a recuperar (i)	4.809.881	—
IRPJ saldo negativo (ii)	2.479.984	—
CSLL saldo negativo (ii)	116.739	—
Total	7.406.604	—
Outros impostos a recuperar		
IRRF sobre aplicação financeira	1.018	1.018
IRRF retido de clientes	83.879	—
CSLL retido de clientes	62.731	—
INSS	252.978	29.205
ICMS a recuperar	62.521	62.522
Outros	1.690	—
Total	464.817	92.745

(i) Variação refere-se à retenção de imposto de renda sobre operação SWAP realizada em 2025. (ii) Variação refere-se à composição do saldo negativo referente ao exercício de 2025. **9.1 Política contábil:** Os impostos a recuperar referem-se a tributos incidentes sobre as operações da Companhia, pagos antecipadamente ou retidos na fonte, passíveis de compensação com tributos correntes ou restituição, conforme previsto na legislação vigente. Esses valores são registrados pelo montante original e classificados no ativo circulante ou não circulante de acordo com a expectativa de realização. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos créditos tributários com base nas projeções de resultados tributáveis e no histórico de compensações.

10. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	43.382.100	34.143.400
Não Circulante	590.620.806	584.443.407
Total	634.002.906	618.586.807
A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim apresentada:		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	618.586.807	—
Receita de construção (i)	—	—
Receita de remuneração (iii)	49.544.373	—
Receita de O&M (iv)	890.143	—
Recebimentos (v)	(35.018.417)	—
Adiantamentos de projetos (vi)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025	634.002.906	618.586.807
Circulante	43.382.100	—
Não Circulante	590.620.806	—

um impacto significativo nas demonstrações financeiras que serão: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40). • IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	2.733	212.079
Aplicações financeiras (i)	103.830.912	69.511.268
Total	103.833.645	69.723.347
(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs de liquidez diária, o saldo da conta reserva do BNDES em um Fundo de Investimento conforme autorizado no contrato assinado entre as partes e que, ambos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa. A remuneração média das aplicações foi de 101,38% do CDI em 2025 e de 100,44% do CDI em 2024. A variação decorre, principalmente, do maior volume de recebimentos em relação aos desembolsos no exercício que resultou no aumento do caixa. 6.1 Política contábil: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.		

7. CONTAS A RECEBER - CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	3.011.175	684.039
Vencidas até 30 dias	5.818	108.476
Vencidas até 60 dias	4.595	189.344
Vencidas até 90 dias	4.141	74.969
Vencidas até 180 dias	401.513	85.711
Vencidas até 360 dias	51.793	245.966
Vencidas há mais de 360 dias	637.871	29.095
Total (i)	4.116.906	1.417.600
Provisão para perda de crédito esperada (PCE) (ii)	(1.099.057)	(579.597)
Total Concessionárias e Permissionárias	3.017.849	838.003
i) As provisões de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais dos grupos Grupo Quinturará, UTE Fortaleza, Grupo Brentech, Grupo Eneva, UFV Belo Horizonte, EPESA e Norte Energia, que no encerramento de 2024 eram parcialmente classificados como vencidos até 360 dias, permaneceram sem recebimento, resultando no envelhecimento da dívida. Além disso, ao longo de 2025, antigos e novos clientes passaram a compor a lista com títulos vencidos. Entre os mais relevantes estão Aurora, BRENTech, Cassilândia, Delio Bernardino, UFV Olho do Sol, Rio Alto, UFV Taboleiro e Norte Energia. ii) Variação refere-se às provisões para perda de crédito de AVCs complementares associadas a rescisões contratuais como por exemplo os grupos: Aurora, BRENTech, Cassilândia, Delio Bernardino, UFV Olho do Sol, Rio Alto e UFV Taboleiro. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, expectativas de perdas futuras negociações em andamento, existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:		

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(579.597)	—
Reversão	4.537	—
Provisão	(523.997)	(579.597)
Saldo final	(1.099.057)	(579.597)

7.1 Política contábil: Destinam-se à contabilização de créditos referentes a transmissão de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

8. DERIVATIVOS

	31/12/2025	31/12/2024
Swap de taxas de juros utilizados para hedge	—	45.375.829
Saldo final	—	45.375.829
Em março de 2024 a STE contratou um empréstimo com o China Development Bank Beijing Branch no valor de CNH 380.000.000 com a taxa de juros prefixada de 2,99% com a finalidade de custear o projeto referente ao leilão do lote 1 que foi ganho em 2020 pela Companhia. Como o contrato será pago em renminbi chinês (CNH) a relação de hedge foi designada para a exposição ao risco referente a conversão da taxa de câmbio e a taxa de juros. Para esta exposição, foi adotada a estratégia de hedge de valor justo ("fair value hedge" ou "FVH"), para fins de proteção do passivo relativo ao valor do empréstimo contratado com o China Development Bank, o instrumento teve a data de designação em 13 de setembro de 2024. O risco específico alvo dessa estratégia de hedge é a volatilidade do valor justo em Reais ("BRL") do item protegido, derivado de oscilações na taxa de câmbio BRL-CNH (Risco de taxa de câmbio). Considerando que: (i) a IFRS 9 permite a utilização de instrumentos financeiros derivativos como instrumento de hedge; (ii) os termos críticos da transação são muito próximos (moeda, indexador, valor nominal de ambas as pontas e vencimentos), a operação em questão será designada para uma estratégia de hedge accounting através de uma relação de um Hedge de Valor Justo ou Fair Value Hedge ("FVH"), utilizando a variação no valor justo do SWAP contratado como instrumento de hedge. Para mais informações sobre as políticas e demais divulgações vide nota explicativa 24. Em março de 2025 foi concluída a transação que teve resultado positivo para empresa sendo recebido o valor de R\$ 21.320.598.		

Movimentação dos derivativos					
	31/12/2024	Despesa	Marcação a mercado	Liquidação	Imposto de renda 31/12/2025
Swap de taxas de juros utilizados para hedge (STE)	45.375.829	(25.854.515)	6.605.757	(21.320.598)	(4.806.473)
Total	45.375.829	(25.854.515)	6.605.757	(21.320.598)	(4.806.473)
Movimentação dos derivativos					
	31/12/2023	Receita	Despesa	Marcação a mercado	Liquidação
Swap de taxas de juros utilizados para hedge (STE)	—	51.355.934	(6.575.398)	(6.605.757)	7.201.050
Total	—	51.355.934	(6.575.398)	(6.605.757)	7.201.050

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Receita de construção (i)	30.989.217
Margem de construção (ii)	(3.576.762)
Receita de remuneração (iii)	48.262.877
Receita de O&M (iv)	861.937
Recebimentos (v)	(50.472.731)
Adiantamentos de projetos (vi)	(15.126.473)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	618.586.807
Circulante	34.143.400
Não Circulante	584.443.407
(i) A variação se deu devido a conclusão em 2024 da construção do projeto base e do reforço conforme REA 10.989/21 - SE Silvânia-Instalação do 2º banco de reatores de barra 500kV, 3x50Mvar; (ii) A margem de construção da Companhia foi calculada com base nas condições iniciais de planejamento e execução dos investimentos necessários para o cumprimento das obrigações de performance na data de adoção do modelo de IFRS 15. Esta margem representa os ganhos de eficiência deste planejamento e que são plenamente remunerados pela RAP projetada no modelo e retornam saldo zero ao fim da projeção; (iii) A variação é decorrente da média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2025 ser superior à média do saldo de ativo contratual dos doze meses de 2024. Sendo assim, a receita de remuneração é maior visto que a remuneração é calculada mensalmente com base no saldo de ativo contratual; (iv) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção; (v) Saldos se referem a recebimentos dos serviços prestados de construção e operação da linha de transmissão conforme RAP aprovada e atualizada a cada ciclo pelo regulador; (vi) Variação refere-se à quitações de adiantamentos dos projetos já mencionados o item (i) desta nota explicativa, realizados durante o ano de 2024 pela entrada em operação e encerramentos de contratos. Conforme descrito na nota explicativa 1.4 no dia 11 de outubro de 2024 ocorreu falha em três reatores que resultou no desligamento total da LT 500 kV Silvânia/ Trindade C1 no dia 14 de novembro de 2024 e que segue indisponível em 31 de dezembro de 2024. O valor total previsto, excluindo-se a suspensão do pagamento base, é de R\$4.497.218, esse valor é o limite de cobrança estabelecido nas Regras de Transmissão da ANEEL, considerando-se o desconto referente aos valores das PVI (Parcela Variável por Indisponibilidade) e das PVRO (Parcela Variável por Restrição Operativa) de toda a Função de Transmissão dessa concessão. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para	

continua—★





prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. **10.1 Política contábil:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Saldo inicial	Juros, variação monetária e cambial	Efeito líquido SWAP	Liquidação juro	Liquidação Principal	Integralização de capital	Novas captações	Custo de transação	Saldo final Bruto
	31/12/2024								31/12/2025
Financiador									
Mútuo SGBH	–	61.362.142	–	(4.125.821)	–	–	491.300.000	–	548.536.321
CDB	315.968.719	(18.919.970)	7.162.748	(4.505.497)	(299.706.000)	–	–	–	–
Debêntures	342.111.306	3.156.430	–	(110.285.743)	(235.000.000)	–	–	18.007	–
Total	658.080.025	45.598.602	7.162.748	(118.917.061)	(534.706.000)	–	491.300.000	18.007	548.536.321

	Saldo inicial	Juros, variação monetária e cambial	Efeito líquido SWAP	Liquidação juro	Liquidação Principal	Integralização de capital	Novas captações	Custo de transação	Saldo final Bruto
	31/12/2023								31/12/2024
Financiador									
Mútuo SGBH	270.393.486	9.484.770	–	(3.317.666)	(252.859.590)	(23.701.000)	–	–	–
CDB	–	62.917.252	(7.162.748)	(3.940.585)	–	–	264.154.800	–	315.968.719
Debêntures	304.035.543	37.831.669	–	–	–	–	–	244.094	342.111.306
Total	574.429.029	110.233.691	(7.162.748)	(7.258.251)	(252.859.590)	(23.701.000)	264.154.800	244.094	658.080.025

Empréstimo China Development Bank (CDB): Em março de 2024 foi assinado contrato de empréstimo entre a Silvânia Transmissora de Energia S.A. e a China Development Bank (CDB), no valor total de CNH 380.000.000 sendo o total em reais R\$ 264.154.800, integralmente recebido ao longo do exercício de 2024, com prazo de vigência até março de 2029. Com amortização a ser realizada em parcela única em seu vencimento. Este saldo é garantido pela SGBH. Adicionalmente, a Companhia espera efetuar o pagamento deste empréstimo até março de 2025 e remodelar o perfil da dívida. A partir da data de desembolso, incidiu sobre o valor nominal unitário a taxa de juros fixa de 2,99% ao ano., sendo os juros remuneratórios pagos em parcelas semestrais fixas e o principal amortizado a partir do primeiro aniversário do desembolso inicial, de acordo com o cronograma estabelecido no contrato. Sobre o total desembolsado, foram contratados instrumentos de swap (conforme nota explicativa 33) para a proteção contra risco de variação cambial, incidindo sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a CDI-0,71% ao ano, convertendo seu passivo de dívida em reais. Em 25 de março de 2025, a STE realizou o pré-pagamento voluntário e integral do saldo devedor do referido contrato de empréstimo junto ao CDB, abrangendo o pagamento do principal acrescido dos encargos financeiros devidos até a data da liquidação. A liquidação antecipada foi devidamente notificada e anuída pelo CDB, em conformidade com as disposições contratuais, respeitando-se o prazo mínimo de antecedência previsto no contrato. Com a liquidação, o contrato de empréstimo foi integralmente encerrado. Em decorrência da liquidação antecipada do empréstimo, o instrumento de hedge foi encerrado na mesma data, tendo apresentado mark-to-market positivo acumulado desde sua contratação. O encerramento do derivativo resultou na compensação integral das obrigações entre as partes, com valores a receber pela STE junto à instituição financeira contraparte. Mútuo SGBH: Em 8 de fevereiro de 2023, foi assinado o Instrumento Particular de Contrato de Mútuo Financeiro entre a Silvânia Transmissora de Energia S.A. (“STE”) e a State Grid Brazil Holding S.A. (“SGBH”), no montante total de R\$ 260.000.000, com prazo de vigência até 30 de setembro de 2023. A celebração deste contrato foi precedida da anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos termos do Anexo V da Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, conforme Despacho nº 2.631, de 30 de agosto de 2021. Sobre o montante desembolsado, incidiram juros equivalentes a 110% do CDI ao ano, com pagamento de juros e amortização do principal previstos para ocorrerem em parcela única na data de vencimento. Em 30 de setembro de 2023, as partes decidiram prorrogar o prazo de vigência do referido contrato por 181 dias corridos, permanecendo o mesmo vigente até 29 de março de 2024, mantendo-se inalterados os demais termos e condições originalmente contratados. No exercício de 2024, o saldo do contrato de mútuo celebrado em fevereiro de 2023 foi integralmente liquidado, sendo R\$ 256.177.256 pagos financeiramente e o montante remanescente amortizado mediante integralização de capital na STE, no valor de R\$ 23.701.000, conforme aprovado em instância societária competente. Em 22 de janeiro de 2025, foi celebrado novo Instrumento Particular de Contrato de Mútuo Financeiro entre a SGBH e a STE, no montante de R\$ 191.300.000, com prazo de vigência até 31 de março de 2025, correspondente a um período de 68 dias, onde a celebração do contrato também se utilizou da anuência prévia concedida pela ANEEL em agosto de 2021. A operação teve como objetivo atender necessidades transitórias de caixa da STE e sobre o montante desembolsado, incidiram juros equivalentes a 110% do CDI ao ano,			
13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR			
Imposto de renda e contribuição social			
	31/12/2025	31/12/2024	
IRPJ (i)	—	595.211	
CSLL (i)	—	333.830	
Total	—	929.041	
Outros impostos a pagar			
	31/12/2025	31/12/2024	
ICMS	193	685	
INSS	11.803	14.058	
ISS	23.235	10.815	
COFINS (ii)	425.016	101.496	
IRRF retido na fonte	2.400	1.838	
Pis/Cofins/CSLL	8.718	12.365	
PIS	89.488	21.990	
Total	560.853	163.247	
(i) Alteração do regime para lucro real no exercício de 2025. Nesse período a Companhia ficou com prejuízo fiscal. (ii) Variação refere-se ao desconto de receita devido indisponibilidade de equipamento em dezembro de 2024.			
14. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS			
Imposto diferido ativo é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.			
	31/12/2025	31/12/2024	
IR e CSLL diferidos - Ativo	(21.527.319)	—	
IR Diferido (diferenças temporárias)	(1.226.404)	—	
CSLL diferido (diferenças temporárias)	(441.505)	—	
IR Diferido (prejuízos fiscais)	(19.859.410)	—	
IR e CSLL diferidos - Passivo	26.290.552	19.052.474	
IR Diferido	19.331.288	12.371.736	
CSLL Diferido	6.959.264	6.680.738	
Outros impostos diferidos - Passivo	58.645.268	22.578.418	
Outros impostos diferidos (i)	58.645.268	22.578.418	
Total	63.408.501	41.630.892	
(i) Em decorrência da Reforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2024, que passa a vigorar em fase de transição em 1º de janeiro 2026, com implantação gradual até 2033. A partir de 1º de janeiro de 2027, os tributos PIS e COFINS, serão extintos e substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (“CBS”), tributo não cumulativo e de base ampla. Até que a legislação pertinente defina a alíquota efetiva da CBS, a Administração avaliou o tema e optou por manter os saldos desses tributos, classificados como “Outros tributos diferidos” e apresentados no passivo de longo prazo nessas demonstrações financeiras. Os ajustes necessários serão realizados após definição normativa da CBS, assegurando que os efeitos sejam refletidos de forma adequada no modelo contábil do ativo contratual. Adicionalmente, a Administração está avaliando os impactos sobre o gross up da receita conforme CPC 47 bem como potenciais reflexos sobre o fluxo de recebimento do ativo contratual.			
As variações dos tributos diferidos são as seguintes:			

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2024	41.630.892	
Efeitos reconhecidos no resultado (outros impostos diferidos)		36.066.850
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	(21.527.319)	7.238.078
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(21.527.319)	84.935.820
Saldo em 31 de dezembro de 2023		39.876.748

Efeitos reconhecidos no resultado (outros impostos diferidos)	-	951.356
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	-	802.788
2 - Impacto do desmembramento de 2024		44.900

contrato prevê remuneração equivalente a até 102% do CDI ao ano, com juros calculados pro rata die, e pagamento do principal e dos encargos financeiros ao final do prazo de vigência, facultada às partes a amortização antecipada, total ou parcial, a qualquer tempo, sem ônus. **Debêntures:** Em 18 de janeiro de 2022 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Silvânia Transmissora de Energia S.A., com desembolso em 31 de janeiro do mesmo ano totalizando o valor de R\$ 235.000.000, com amortização realizada em parcela única, no dia 28 de janeiro de 2025. A partir da data de emissão incidirá sobre o produto principal e sobre o saldo de capital, no mês de janeiro de 2025, o recolhimento de imposto de renda de 15% sobre o valor bruto de cada parcela de amortização e de principal, conforme previsto na Lei 12.973/14.

valores nominais unitários a taxa de juros equivalentes a CDI + 1,40% a.a., os juros remuneratórios serão pagos em uma única parcela, na Data de **15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

encerramento das Debêntures. **c) Garantias: Garantia debêntures:** Garantia fidejussória adicional em vigor até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas que se dá no vencimento original do contrato ou, caso a operação seja liquidada antecipadamente, até a finalização de sua vigência. Com a liquidação integral da debênture em janeiro de 2025, todas as obrigações previstas na respectiva Escritura foram plenamente cumpridas, tendo sido formalizada a liberação da garantia e a quitação integral das responsabilidades dela decorrentes. **Garantia CDB:** Garantia fidejussória da controladora em favor do CDB, assumindo responsabilidade solidária e irrestrita, vigente até a liquidação integral das obrigações garantidas no âmbito do contrato de financiamento. Mediante o pagamento antecipado e integral do saldo de

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Servidões	3.210.347	1.037.656
Total	3.210.347	1.037.656

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros, incluindo juros, atualização monetária e variações cambiais, quando aplicável, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência ao longo do prazo dos contratos. A classificação entre passivo circulante e não circulante é realizada com base nos prazos contratuais das obrigações e no direito incondicional da Companhia de diferir a liquidação por período superior a 12 meses após a data do balanço.

Companhia está apresentada a seguir:

	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.037.656	1.037.656
Adições	2.456.611	2.456.611
Reversões	(1.037.656)	(1.037.656)
Atualizações monetárias	753.736	753.736
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.210.347	3.210.347

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 30/03/2026
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/30/SILVANIATE1588444130032026.pdf>
Hash: 17746351204fb2b41cefd4790a1179aa15f5cbeb9



★ continuação

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

DIRETORIA

Yusheng Wang
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da Silvânia Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução: Examinamos as demonstrações contábeis da Silvânia Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações contábeis da Companhia para o

exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 31 de março de 2025, sem modificação. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2026



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC RJ-090174/O

